

Posse nos Estados esvazia reabertura

Depois de toda a polêmica sobre se devia ou não funcionar simultaneamente com a Constituinte, a Câmara dos Deputados finalmente realizou ontem sua primeira sessão plenária do ano, que começou sem a presença do mais destacado defensor da reabertura da Casa, o líder do PDS, deputado Amaral Netto, que chegou com mais de uma hora de atraso.

Marcada para funcionar às segundas-feiras, quando os parlamentares geralmente estão ausentes de Brasília, a Câmara enfrentou, na sua reabertura, um contratempo a mais para o esvaziamento de seu plenário: a posse, nos estados, dos secretariados dos novos governadores. No máximo, conseguiu reunir ontem 45 deputados. E a ausência deles acabou contribuindo para que a sessão se estendesse por quase meia hora além do tempo regulamentar, ao invés de se encerrar mais cedo por falta de quorum.

A prorrogação foi provocada pela deputada Raquel Cândido (PFL-RO), que antes de iniciar forte discurso em que acusou o De-

partamento Nacional de Produção Mineral, do Ministério das Minas e Energia, de fazer o jogo das multinacionais, acusou também seus próprios colegas parlamentares de estarem ausentes para fazer "arranjos" e "conchavos" para preencher os cargos vagos da Constituinte.

Benedita da Silva (PT/RJ) e Maurílio Ferreira Lima (PMDB-PE) protestaram. Ambos lembraram que o trabalho dos deputados não se limitava ao plenário. Benedita pediu, ainda, que a deputada não citasse o PT como partido de conchavos; Maurílio acrescentou que o "sensacionalismo" da reclamação contra o esvaziamento do plenário contribuía para denegrir a imagem do Legislativo.

Estavam no plenário, quando Raquel Cândido subiu à tribuna, apenas 15 deputados. Irritada, ela rebateu os dois parlamentares. E quando o deputado César Cals Neto (PFL-CE) pediu um aparte, respondeu quase gritando, com o dedo em riste: "Um minuto só deputado Cals, porque a história tem muitos desses antepas-

sados". Era uma referência ao ex-ministro das Minas e Energia, César Cals, pai do deputado.

FUNARO SOB FOGO

Outro embate caloroso foi promovido pelos líderes do PDS, Amaral Netto, e do PMDB, Luiz Henrique, com o ministro da Fazenda, Dilson Funaro, na berlinda. O deputado pedessista havia repetido denúncia que vem fazendo desde o ano passado de que o ministro teria tomado empréstimos de órgãos governamentais para a fábrica de brinquedos Trol, de sua propriedade. Luiz Henrique rebateu-as, argumentando com os próprios documentos apresentados por Amaral Netto, mas este não se deu por vencido: "Eu não disse que o roubo se configurou".

O líder do PDS, antes se intitulara também de líder da minoria, sendo contestado por Amaury Muller (PDT-RS), que disse não aceitar sua liderança, sustentou que a supervalorização de um carro Monza pelo ministro da Fazenda, para efeito de concessão de incentivos fiscais à Trol pela Sudam, não se consumou

porque ele denunciou o fato da tribuna da Câmara. "Não achamos que V.Ex esteja mentindo; tendemos a crer que foi mal informado", considerou Luiz Henrique.

O ministro Dilson Funaro, que se livrou de prestar depoimento na Constituinte por uma manobra do PMDB que alegou não ser a Assembléia o fórum adequado para ouvi-lo, não escapará da Câmara. Pois bastou que a Casa realizasse uma sessão para que sua convocação fosse pedida.

SOMBRA MILITAR

A conjuntura econômico-financeira que o ministro da Fazenda terá que explicar na Câmara levou o país a "uma situação de pré-revolução", segundo o deputado Siqueira Campos (PDC-GO), ex-pedessista, para quem o Brasil está à beira de uma guerra civil. Quase na mesma linha, o comunista Aldo Arantes (PC do B-GO) alertou que "ou aceleramos o processo das eleições diretas-já, ou caminharemos para o caos, criando condições para novo golpe militar no país".